

O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil*

Social Work at 80 facing a new Brazil

Mauro Luis Iasi

Professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ/Rio de Janeiro, Brasil.

mauroiasi@gmail.com

Resumo: Aos 80 anos do Serviço Social no Brasil avalia-se o encerramento de um período histórico aberto com a crise da autocracia burguesa e o processo de democratização que se seguiu, assim como o desfecho que interrompe os treze anos de governos petistas de coalizão de classes. Destaca-se a compreensão sobre o caráter do Estado burguês e a compreensão sobre a natureza e os limites da disputa de hegemonia que predominou nas forças progressistas no período analisado.

Palavras-chave: Serviço Social. Estado. Hegemonia. Luta de classes.

Abstract: After 80 years of the presence of Social Work in Brazil, we evaluate the closing of a historical period opened by the bourgeois autocracy crisis and the democratization process following it, as well as the denouement interrupting the thirteen-year PT (Partido dos Trabalhadores – Workers’ Party) government class coalition. It is stressed the understanding of the character of the bourgeois state and of the nature and limits of the hegemony dispute prevailing in the progressive forces analyzed.

Keywords: Social Work. State. Hegemony. Class conflict.

“Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem novo
Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer”

Belchior

* Apresentação realizada no 9º Seminário Anual de Serviço Social, com o tema “Serviço Social no Brasil: 80 anos de história e lutas”, no dia 16 de maio de 2016 em São Paulo, promovido pela Cortez Editora, modificado na oportunidade para esta publicação.

Um ano antes da constituição do Serviço Social como campo profissional específico em 1936, a Aliança Nacional Libertadora fazia estremecer as bases da república oligárquica apresentando um programa estruturado em torno de cinco eixos fundamentais: anulação da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, moralização da vida política e liberdades públicas, reforma agrária e governo popular.

Oitenta anos depois é inegável que o Brasil mudou bastante e passou por muita coisa, mas nos impressiona que o fundamento das demandas populares ainda indiquem problemas tão conhecidos de todos nós. Ainda somos um país que tem sangrado seus recursos pelos mecanismos financeiros da dívida interna e externa que em fevereiro de 2016 somava R\$ 2,81 trilhões e a previsão é que chegará aos R\$ 3,3 trilhões até o final do ano, representando em 2015 cerca de 66,2% do PIB. A presença dos grandes monopólios transnacionais não apenas cresceu, mas é incentivada. O estoque de investimentos diretos de empresas estrangeiras, entre 1995 e 2000, registrou um aumento de 147%, chegando a US\$ 103 bilhões, com ativos da ordem de US\$ 467 bilhões correspondendo a 80% do PIB.

A concentração de terras em nosso país cresceu 2,5% entre 2010 e 2014, segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, com as grandes propriedades saltando de 238 milhões para 244 milhões de hectares. De acordo com dados divulgados pelo MST, haveria no Brasil em 2016 cerca de 175,9 milhões de hectares de terras improdutivas.¹

Nunca como hoje ficou tão evidente a falência completa da forma política atolada em escândalos de grande monta que revelam didaticamente o grau de ligação orgânica entre o setor político e os grandes monopólios. Este elemento próprio de toda república burguesa é apresentado como desvio moral, como corrupção. No entanto, a crise atual descortina a lógica de interdependência entre o setor público e seus mecenas eleitorais que financiam campanhas para ganhar contratos bilionários e dirigir as políticas governamentais segundo seus interesses econômicos.

1. Dados disponíveis no site do MST: <<http://www.mst.org.br/2015/01/09/concentracao-de-terra-cresce-e-latifundios-equivalem-a-tres-sergipe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Em 2013 as massas saíram às ruas, inicialmente contra o aumento das passagens e depois apresentando uma clara crítica aos limites da democracia representativa. No entanto, o governo se fez, mais uma vez, de surdo aos apelos sociais e venceu a inércia de um presidencialismo de coalizão que coloca o poder nas mãos de poderosas máquinas de manipulação eleitoral consagradas por um sistema eleitoral e partidário autoritário e obsoleto, fazendo crescer nas manifestações daquele ano a bandeira pelo poder popular.

O mais instigante é que tudo isso ocorre ao final de um ciclo aberto com a crise da autocracia burguesa instalada pelo golpe de 1964 e que inaugurou um longo período de democratização. Esperava-se que o processo de democratização e o chamado “fortalecimento da sociedade civil” criasse um cenário mais favorável às demandas populares, mudando a correlação de forças favoravelmente aos trabalhadores e, portanto, diminuindo o espaço político das classes dominantes brasileiras e seus aliados.

O Serviço Social é parte integrante desse processo, inserindo-se no conjunto da classe trabalhadora e suas lutas e apontando para a necessidade de mudanças sociais orientadas para a emancipação humana, como fica claro na mudança de orientação ético-política presente em 1979 no famoso Congresso da Virada.

A identidade profissional e política do Serviço Social se constituiu no último período, profundamente imbricada com a perspectiva segundo a qual estaríamos presenciando uma mudança significativa no caráter do Estado brasileiro, cenário no qual a luta por direitos ou a dimensão da emancipação política se articularia com uma meta transformadora que, compreendendo a natureza do modo de produção capitalista e as determinações mais profundas da “questão social”, apontava para a meta histórica da emancipação humana.

Essa premissa fundamental e essencial para que uma parte considerável dos assistentes sociais, uma vanguarda no exato sentido do termo, colocasse ao lado dos trabalhadores e suas demandas e apontasse uma clara direção orientada socialmente para as mudanças estruturais necessárias, permitiu que o campo do Serviço Social e de suas entidades representativas ocupasse papel importante no interior da luta de classes no período.

Entretanto, no momento em que são comemorados os oitenta anos da profissão no Brasil devemos avaliar o caminho percorrido e os objetivos apontados,

não apenas no campo específico do Serviço Social, mas no contexto geral da luta de classes em que se insere. Quando vemos o desfecho do ciclo que se abriu com a crise da autocracia burguesa e que se fecha com a fim dramático do ciclo petista pela interrupção institucional levada a cabo pelas forças conservadoras e golpistas, devemos nos debruçar sobre algumas das premissas antes colocadas e olhá-las criticamente.

Começemos por afirmar que a crise conjuntural atual combina três crises: uma econômica de graves proporções, uma política e o fim de um ciclo no qual predominou uma estratégia que agora encontra seu limite histórico. A crise econômica que abala as bases da governabilidade petista não é apenas conjuntural, mas uma clara crise estrutural do processo de acumulação capitalista que cada vez mais assume a forma de uma crise sistêmica, ou, nos termos de Mészáros (2002), uma crise que expressa a ativação dos últimos limites estruturais do capitalismo. A crise econômica torna evidente os limites da frágil estabilidade lograda pelo governo de coalizão de classes promovido pelo PT desde 2003 e daquilo que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão (Figueiredo e Limonge, 1998). Apesar de sua inegável eficiência em propiciar a longevidade dos governos petistas, a governabilidade pelo alto via concessões e alianças encontra seu limite no momento em que a acumulação de capitais e as manifestações mais evidentes de sua crise cobram novas formas políticas de gerência do Estado burguês.

Nossa hipótese é que a gravidade das crises econômica e política só pode ser compreendida se acrescentarmos a esse quadro o fato de que vivemos o limite da estratégia que conduziu os trabalhadores no período mais recente de nossa história, a estratégia democrática popular, que encontra no PT sua mais clara expressão e protagonismo.

Um dado particular da conjuntura complexa em que vivemos é o fato de que as três crises combinadas não desembocaram para uma crise do Estado, nos termos de Poulantzas (1977). Isto é, apesar da gravidade da crise política, presenciemos uma situação na qual o Estado burguês parece dispor de todos os mecanismos necessários de garantia da ordem capitalista. Em que pesem as manobras parlamentares de caráter golpista e a quebra da institucionalidade fundada no pacto de classes, as classes dominantes lograram reassumir o comando do Estado com custos políticos relativamente baixos.

Isto só foi possível pelo fato de que todos os instrumentos estatais burgueses não apenas foram mantidos inalterados, como, em muitos casos, reforçados pelo próprio governo deposto. A eficiente combinação de movimentos de massa, ações parlamentares, judiciárias e midiáticas permitiu as frações do bloco dominante. Algumas evidências desse processo podem ser encontradas na ausência de uma reforma política e constitucional durante os treze anos do ciclo petista, porém não apenas isso, mas pelo zelo em implementar toda uma série de iniciativas políticas de forma a garantir a lucratividade dos aliados burgueses mesmo em detrimento das mais elementares demandas do campo popular que constituía a base social dos governos petistas. Neste sentido, podemos citar as reformas da Previdência, o abandono da reforma agrária pela prioridade ao agronegócio, a manutenção da política de superávits primários em benefício do capital financeiro, a manutenção das políticas de privatização e de parcerias público-privadas e tantos outros exemplos.

Já foi afirmado em outra oportunidade (Iasi, 2007)² que o governo de coalizão, no momento da crise e da radicalização da luta de classe, ver-se-ia diante de uma opção crucial, qual seja, de mostrar-se responsável diante de seus aliados da ordem ou de romper com a aliança que lhe sustentava até ali em nome das demandas sociais que emergiam da luta dos trabalhadores. Naquele momento era possível perceber que pela natureza do governo petista e, mais que isso, pela coerência com sua estratégia até então desenvolvida, veríamos o governo do pacto de classes agir de forma a garantir a ordem. Nesta direção afirmávamos que:

No médio prazo, portanto, a atual opção de caminho político leva não à possibilidade de um governo popular, mas à retomada de governos diretamente burgueses. Ocorre que este desfecho, consolidando o governo atual e preparando o retorno diretamente burguês, mais que desarma a classe trabalhadora, a derrota e viabiliza a continuidade da acumulação capitalista. (Iasi, 2007)

De forma dramática, isso se comprovou com as jornadas de junho de 2013. Perante a insatisfação demonstrada, muito além dos anódinos pactos apresentados

2. Conjuntura e luta política no médio e longo prazo (Iasi, 2007), disponível no site português: <<http://www.odiarario.info/?p=320>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

pela vacilante presidente diante de uma sala repleta de governadores e prefeitos, a resposta real do governo de coalizão foi intensificar a criminalização dos movimentos sociais, como, por exemplo, com a Portaria Normativa de dezembro de 2013 editada pelo Ministério da Defesa e sancionada pela presidente sob a omissão oportunista do ministro da Justiça, medida jurídica que igualava manifestantes de massa ao crime organizado e que depois evoluiu para a famigerada Lei Antiterrorismo, também sancionada e assinada pela então presidente Dilma às vésperas de seu afastamento.

Reprimida duramente as manifestações de 2013, abriu-se espaço para a crise de governo que se aprofundaria nos anos seguintes. Para tentar se salvar do afastamento, o governo petista aprofundou os mesmos mecanismos que o haviam mantido até então, aumentando as concessões e barganhas de forma a preservar a base aliada e a confiança do empresariado. O preço disso foi a zelosa aplicação dos ajustes exigidos pela ortodoxia burguesa e mesmo assim a impossibilidade de controlar a debandada da chamada base aliada, capitaneada de dentro do governo pelo vice-presidente usurpador.

Ainda que o cenário mais adequado aos interesses da grande burguesia monopolista fosse manter um governo fraco e sequestrado até 2018, os segmentos políticos do lumpemparlamento e a direita viram no enfraquecimento do governo a possibilidade de interrupção do ciclo petista e do acerto de contas conservador, desfechando o golpe mortal sobre o combalido governo de coalizão capitaneado pelo PT desde 2003.

No entanto, não nos parece que tal desfecho se deva a movimentos erráticos e conjunturais fortuitos, mas são de certa forma o desfecho esperado do desenvolvimento de uma estratégia que demonstrou seus limites e que se funda numa leitura incorreta de nossa formação social.

A estratégia democrática popular defendida pelo PT tentou se contrapor à formulação do PCB que predominou no período anterior ao golpe de 1964, a chamada estratégia democrática nacional. Fundava suas premissas na afirmação de que o Brasil passara por um intenso processo de desenvolvimento que superava a formulação comunista de uma necessária etapa democrática em aliança com a burguesia nacional, como momento necessário de uma revolução socialista. A formulação petista apregoava que as demandas não realizadas pela

revolução burguesa no Brasil, que ainda exigiam um programa democrático de caráter antimonopolista, antilatifundiário e anti-imperialista, só poderiam ser apresentados pelos trabalhadores da cidade e do campo em aliança com os setores médios e demais segmentos explorados pelo capitalismo. Diante da impermeabilidade da ordem burguesa perante essas demandas, a realização do programa democrático popular abriria caminho para transformações de caráter socialista. Nos termos de Florestan Fernandes, uma revolução “dentro da ordem” que desembocaria em uma revolução “fora da ordem”.

Partindo dessas premissas imaginou-se um movimento duplo no qual as lutas sociais, o movimento sindical e as diferentes manifestações em torno das demandas populares e democráticas constituiriam um sólido movimento de massas de caráter socialista que se expressaria em conquistas institucionais que abririam caminho para uma vitória nas eleições presidenciais que tornaria possível as reformas estruturais apregoadas no programa democrático e popular.

Ocorre que a conjuntura em que se desenvolveu a estratégia democrática popular levou ao paradoxo de tornar possível a chegada à presidência sem que o movimento de massas houvesse acumulado forças que possibilitassem a implementação do programa. A solução encontrada foi ampliar as alianças e rebaixar o programa para tornar viável a vitória eleitoral que seguiria o acúmulo de forças, agora na posição privilegiada de governo.

Numa solução aparentemente contraditória, abre-se mão do programa para manter a estratégia democrática popular, levando àquilo que Singer (2012) denominou de abandono de um “reformismo forte” em nome de um “reformismo fraco”. Para o sucesso desse caminho de “reformas” graduais e limitadas seria necessária a continuidade do governo e, daí, a governabilidade pelo alto e as alianças visando a formação de uma base de sustentação parlamentar que levou ao desfecho conhecido.

O equívoco central dessa concepção, ao nosso ver, encontra-se numa incompreensão do caráter do Estado no Brasil. Carlos Nelson Coutinho (2006) identificava como característica histórica essencial de nossa formação social o que denominava de “prussianismo”, isto é, a conciliação dos interesses das diversas frações das classes dominantes e sua ação de “cima para baixo”, no sentido de garantir o fundamental das relações sociais de produção e de dependência ao capitalismo internacional (Coutinho, 2006, p. 406).

Com o fortalecimento da sociedade civil, a crise da autocracia burguesa e o processo de democratização abriria a possibilidade de superar o prussianismo, nos termos gramscianos, fazendo o Brasil transitar de uma formação social “oriental” para uma “ocidental.”³ Isso se fundamenta na compreensão do autor, segundo a qual o “fortalecimento da sociedade civil” com o “aprofundamento da democracia política” deslocaria as decisões que eram tomadas exclusivamente “pelo alto” para a possibilidade de uma “democracia organizada de massas” (Coutinho, 2006, p. 454).

Essa forma política não seria, ainda de acordo com o pensador baiano, um mero aperfeiçoamento institucional, mas o resultado de um momento do capital monopolista que obrigaria o domínio burguês a combinar “sua dominação com formas de direção hegemônica”, o que implicaria “obter um razoável grau de consenso por parte dos governados” (Coutinho, 2012, p. 139).

Ora, ainda que não desapareça a luta de classes, o Estado não poderia ser utilizado como instrumento restrito do interesse da classe dominante, abrindo a possibilidade de a correlação de forças impor um novo formato ao Estado, que teria que levar em conta os interesses das classes trabalhadoras. Tal formulação coincide com o desenho geral da estratégia democrática popular, uma vez que seria possível, numa correlação de forças mais favoráveis aos trabalhadores, um conjunto de reformas se dar no interior do Estado burguês.

A diferença entre a formulação coutiniana e a petista, que explica seu futuro afastamento do PT, é que o primeiro nunca abriu mão daquilo que chamava de “reformismo revolucionário”, isto é, que tal correlação de forças só poderia ser útil à estratégia dos trabalhadores ao se consubstanciar em reformas que tencionassem a ordem burguesa no sentido das demandas populares, ao passo que o petismo optou pelas chamadas “reformas de baixa intensidade”, que, não ameaçando os interesses burgueses, garantiriam a governabilidade e sua permanência no governo.

No entanto, há aqui um fator fundamental que, segundo nosso juízo, não foi considerado adequadamente. Parece-nos que tal concepção acaba por

3. “Malgrado todos seus limites, a transição revelou, em seu ponto de chegada, um dado novo extremamente significativo: o fato que o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado definitivamente uma sociedade ‘ocidental’ no sentido gramsciano do termo” (Coutinho, 2012, p. 133).

acreditar que sob as condições do capitalismo monopolista o Estado burguês é “obrigado” a combinar, em suas formas de dominação, a busca de esferas de consenso, ou, em outras palavras, a construção de uma hegemonia que, de certa forma, deve incluir os interesses das classes dominadas.

Da maneira como compreendemos a afirmação de Gramsci, este seria um recurso do Estado burguês para manter seu domínio, constituindo muito mais uma armadilha que uma oportunidade para as classes dominadas. Vejamos como o pensador italiano coloca a questão:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como *contínua formação e superação de equilíbrios instáveis* (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, até o estreito interesse econômico-corporativo. (Gramsci, 2007, p. 41-42)

Devemos destacar alguns aspectos centrais da formulação gramsciana. Primeiro, que o Estado é um organismo próprio de uma classe que está a serviço da criação das condições mais favoráveis para a garantia e o desenvolvimento dos interesses dessa classe. Segundo, que esses interesses particulares têm que ser apresentados como se fossem universais e, para tanto, combinando-se de várias formas os “interesses gerais dos grupos subordinados”. Terceiro, e o que nos parece fundamental, é que nesse processo, no qual o interesse particular das classes dominantes tem que parecer universal, formam-se e superam-se “equilíbrios instáveis”, e cabe perguntar a razão dessa instabilidade. É o próprio Gramsci que responde ao afirmar que esses equilíbrios prevalecem até o ponto em que se chocam com “o estreito interesse econômico-corporativo” das classes dominantes.

A dinâmica de “reformas” pode se dar numa situação de “equilíbrio instável” enquanto não toque em interesses econômicos fundamentais das classes dominantes. Reformas um pouco mais radicais que ameacem, ainda que apenas

potencialmente, a ordem econômica burguesa, rompe o equilíbrio, como vemos nas alternativas mais radicais da estratégia democrática popular na Venezuela ou Bolívia, ao passo que a opção pelo “reformismo fraco” salva o equilíbrio instável, caminho escolhido pelo petismo.

O fato é que, seja num caso como em outro, o Estado burguês está preparado tanto para manter e desenvolver as condições favoráveis aos seus interesses de classe numa situação de “equilíbrio instável”, como romper quando for necessário para garantir os mesmos interesses, e esse aspecto, assim como os recursos necessários para tanto, nunca estiveram em disputa ou sofreram nenhuma alteração devido à correlação de forças. Em outras palavras, o Estado que se abre para a necessidade de consolidar a hegemonia, ampliando as “esferas de consenso”, nunca deixa de ser um Estado de classe, no caso, burguês.

Esses instrumentos são a própria engenharia política do Estado, com suas várias instâncias executivas, parlamentares, judiciárias e seu equilíbrio de poderes, a ordem jurídica e constitucional estabelecida, os meios e instâncias repressivas, como os aparatos policiais e militares, as agências de informação, o sistema prisional e outros. Mas não é apenas no Estado restrito enquanto corpo político. Tais recursos se estendem na sociedade através dos aparelhos privados de hegemonia da classe dominante e seus aliados, que inclui os meios de comunicação de massa, a organização da cultura, as escolas, as instituições corporativas, as igrejas e muitos outros aparelhos que zelam para a manutenção e a reprodução de determinada ordem.

Houve uma clara subestimação do poder do Estado burguês, acompanhado de certo otimismo com o “fortalecimento da sociedade civil”, como se essa não fosse essencialmente uma sociedade civil burguesa e um espaço de luta de classes.

No interior desse quadro há um segundo elemento que nos parece significativo. A correlação de forças parecia favorável, em grande medida, pelo fato que se esperava que nessas condições de disputa de hegemonia, a burguesia seria obrigada a se ater aos meios “políticos” da disputa, ou seja, abdicaria dos instrumentos autoritários de interrupção do processo. Uma vez que os trabalhadores se mostrassem confiáveis e abrissem mão da revolução, a burguesia não lançaria mão de formas coercitivas ou de interrupções institucionais que tão claramente marcaram nossa amarga experiência histórica. Há aqui um outro

equivoco que se manifesta numa formulação que separa de modo um tanto mecânico os elementos coercitivos e de formação de consenso, de maneira que, de forma caricatural, teríamos na ditadura coerção sem consenso e na democracia consenso sem coerção.

Aqui também nos parece que Gramsci trabalha a questão de forma bem mais dialética. Vejamos como o marxista sardo coloca o problema:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela *combinação da força e do consenso*, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (Gramsci, 2007, p. 95)

Como vimos, a busca de hegemonia não pode prescindir do uso da força pelo simples fato de que os equilíbrios instáveis são condicionados pela natureza de classe dos interesses em jogo, o que implica que quando tais interesses estão ameaçados, as classes dominantes se reservam o direito de interromper os processos ditos democráticos sem qualquer cerimônia. O fato novo, e importante para a compreensão da particularidade de nosso período, é que em certas condições o uso da força ou a interrupção das regras dentro das quais havia se pactuado a convivência entre as classes, tem que se apresentar como que apoiado no “consenso da maioria”, e sabemos como se constrói esse “consenso” e os instrumentos para tanto.

Diante disso, não nos surpreende que ao encerrarmos esse período da luta de classes estejamos diante dos interesses burgueses garantidos, enquanto, mais uma vez, as demandas populares estão adiadas, atacadas e sofram o retrocesso que se anuncia. O Estado burguês funcionou perfeitamente, teve a capacidade de preservar-se mesmo diante da gravidade da crise econômica e política, para servir, quando foi necessário, como instrumento de garantia da ordem capitalista. A falta de autonomia e independência de classe, que é o resultado esperado da estratégia adotada e sua implementação, foi fatal para as pretensões históricas dos trabalhadores e mesmo para sua capacidade de resistência e defesa diante dos ataques conservadores e reacionários que se apresentam.

O resultado é que o cenário da luta de classe se revela muito distinto daquele que se projetava no final da ditadura e no início do chamado processo de democratização. Mais uma vez o destino do Serviço Social está ligado ao da classe trabalhadora. Viverá essa derrota junto à classe, assim como escolheu trilhar os caminhos ao lado daqueles que lutam contra a ordem burguesa. O Serviço Social não é e não pode se considerar uma ilha consciente num oceano de alienação. A derrota incidirá e já incide sobre o campo profissional, na retomada do conservadorismo, no desmonte das políticas públicas e sociais, na regressão dos direitos, no aumento do obscurantismo nos costumes e valores, no fechamento dos espaços democráticos e no cenário adverso das lutas de resistência que se anunciam.

O Serviço Social também compartilhou da cultura democrática popular que marcou esse período que agora agoniza. Seria impossível que isso não se desse desta forma. Também compartilhou das esperanças e equívocos diante do Estado burguês, da mesma forma que esteve presente na lenta metamorfose das forças sociais que, lutando contra a ordem, encontraram pontos de acomodação e transformismo.

No entanto, o Serviço Social também foi e tem sido uma trincheira de resistência contra essa metamorfose. Soube manter-se firme em seus princípios e seu horizonte crítico, resistiu aos ataques dos governos de coalizão de classe, rompeu quando necessário e lutou sempre que foi chamado a fazê-lo. Ainda que diante das ofensivas de renovação do conservadorismo, muitas vezes travestidas nas teses sedutoras da pós-modernidade, nossas representações, como os Cress, o CFESS, a Abpess, souberam manter-se no campo da luta contra a barbárie, na defesa dos direitos dos trabalhadores, mesmo nos momentos mais difíceis em que o canto enganoso das sereias atraía os navegantes incautos para os cortantes recifes e o naufrágio inevitável.

Aos 80 anos o Serviço Social não pode se salvar ou salvar nossa classe da derrota e de suas consequências. No entanto, podemos vivê-la de forma substancialmente diversa de boa parte de nossa classe, por compreender a natureza da sociedade capitalista, da luta de classes, da necessidade de lutar nos marcos da emancipação política sem perder o horizonte da emancipação humana. Não é muito, mas não é pouca coisa. Aos oitenta anos do Serviço Social no Brasil,

às vésperas dos cem anos da Revolução Soviética, aos 94 anos do movimento comunista no Brasil, aos 145 anos da Comuna de Paris, abrimos com sacrifício o caminho que nos leva ao futuro. Logo mais nossa classe reencontrará o caminho de sua independência e poderá contar com os esforços daqueles que não se renderam à acomodação e à barbárie.

Recebido em 23/8/2016 ■ Aprovado em 10/10/2016

Referências bibliográficas

COUTINHO, C. N. Democracia como valor universal. In: LOWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Conversa com um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, M. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGE, F. As bases do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, 1998.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

IASI, M. *Conjuntura e luta política no médio e longo prazo*, 2007. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=320>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MST. Concentração de terras aumenta. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/01/09/concentracao-de-terra-cresce-e-latifundios-equivalem-a-tres-sergipe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____ (Org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.